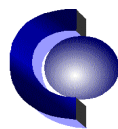


Projeto Pedagógico Institucional



Centro Universitário de Maringá



CESUMAR
Centro Universitário de Maringá

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

Coordenação: *Maria Helena Krüger*
Diretora de Desenvolvimento Institucional
CESUMAR

MARINGÁ
2005



REITOR

Professor Wilson de Matos Silva

VICE-REITOR E PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Wilson de Matos Silva Filho

PRÓ-REITOR ACADÊMICO

Professor Cláudio Ferdinandi

DIRETOR DE PÓS-GRADUAÇÃO

Valdecir Bertoncello

DIRETORA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Maria Helena Krüger

DIRETOR DE ENSINO

Paulo Roberto Wollinger

DIRETORA DE PESQUISA

Ludhiana Ethel Silva Bertoncello

DIRETOR DE EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA

Wesley Kendrick Silva

DIRETOR DE CLÍNICAS E LABORATÓRIOS

Willian Victor Kendrick de Matos Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ. Pró-Reitoria de Administração.
Diretoria de Desenvolvimento Institucional:
C397 Projeto Pedagógico Institucional / coordenadora: Maria Helena
Kruger. - CESUMAR: Maringá, 2005.

f

1. Projeto pedagógico.2. Ensino Superior I Kruger, Maria Helena

CDD - 21.ed. 378
CIP - NBR 12899 - AACR/2



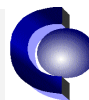
*Ninguém caminha sem aprender a caminhar,
sem aprender a fazer o caminho caminhando,
refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs
a caminhar.*

Paulo Freire



Sumário

APRESENTAÇÃO	01
I MARCO SITUACIONAL	02
1.1 MISSÃO.....	02
1.2 VISÃO DE FUTURO	02
1.3 INSERÇÃO REGIONAL.....	02
1.3.1 Interação com o Mundo do Trabalho e a Prática Social.	05
1.4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS.....	05
1.4.1 Políticas Gerais.....	05
1.4.2 Políticas para o Ensino	06
1.4.3 Políticas para a Educação Inclusiva	07
1.4.4 Políticas para Educação a Distância	08
1.4.5 Políticas para Pesquisa	09
1.4.6 Políticas para Extensão.....	10
II MARCO CONCEITUAL	11
2.1 CONCEPÇÃO DE PROJETO PEDAGÓGICO	11
2.1.1 Pressupostos Fundamentais: referenciais ético-políticos	11
2.1.2 Princípios Metodológicos	15
2.1.2.1 Práticas Pedagógicas Inovadoras	15
2.1.2.2 Perfil do Egresso	16
2.1.3 Estrutura Curricular	16
2.1.3.1 Seleção de Conteúdos	17
2.1.3.2 Flexibilização Curricular	18
2.1.3.3 Estágio, Prática Profissional e Atividades Complementares	18
2.1.3.4 Avaliação da Aprendizagem	20
2.1.3.5 Articulação ensino x pesquisa x extensão e seus incentivos	24
III MARCO OPERACIONAL	26
3.1 DEFINIÇÕES OPERATIVAS	26
3.2 Avaliação institucional	27
3.3 Plano de desenvolvimento institucional	30
4 REFERÊNCIAS	
ANEXO	



APRESENTAÇÃO

Existem vários caminhos para a construção do projeto pedagógico institucional que por se constituir num processo estará em contínua construção, avaliação e reelaboração.

Nas discussões para a construção do projeto pedagógico entendeu-se que ele não deve existir apenas para o atendimento de exigências de organismos burocráticos.

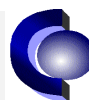
Estabeleceu-se para iniciar esta construção três marcos distintos, mas interdependentes: o **situacional**, que descreve a realidade social, política, econômica e educacional, onde se desenvolve nossa ação; o **conceitual**, que trata da concepção da sociedade, homem, educação, escola, currículo, ensino e aprendizagem e o **operacional**, onde a Instituição se posiciona com relação às atividades a serem assumidas para transformação da realidade.

Não temos dúvidas de que elaborar e construir um projeto pedagógico próprio, implementar e aperfeiçoá-lo constantemente num processo coletivo, é um grande desafio, principalmente, em razão das expectativas geradas pela melhoria da qualidade dos serviços educacionais e dos seus resultados.

No entendimento que este é o início de uma longa caminhada, o documento que ora apresenta-se a comunidade acadêmica será discutido, trabalhado, apreendido, para então, ser assumido por todos, num processo de contínua melhoria e avaliação, essencial para a definição, correção e aprimoramento de rumos.

Portanto, não se trata apenas de mais um documento, mas de um processo de ação-reflexão-ação que exigirá de toda a comunidade acadêmica, empenho para a construção do trabalho, que deve ser vivenciado como parte dinâmica da prática dos educadores.

Professor **Wilson de Matos Silva**,
Reitor.



I MARCO SITUACIONAL

1.1 MISSÃO

Promover a educação de qualidade nas diferentes áreas do conhecimento, formando profissionais cidadãos que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade justa e solidária.

1.2 VISÃO

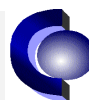
Ser reconhecida como uma Instituição universitária de referência regional e nacional pela:

- qualidade e compromisso do corpo docente;
- aquisição de competências institucionais para o desenvolvimento de linhas de pesquisa;
- consolidação da extensão universitária;
- qualidade da oferta do ensino presencial e a distância;
- bem-estar e satisfação da comunidade interna;
- qualidade da gestão acadêmica e administrativa;
- compromisso social de inclusão;
- processos de cooperação e parceria com o mundo do trabalho;
- compromisso e relacionamento permanente com os egressos, incentivando a educação continuada.

1.3 INSERÇÃO REGIONAL

O Centro Universitário de Maringá tem sua sede no Município de Maringá, fundado em 10 de maio de 1947 pela Companhia de Terras Norte do Paraná. Planejada para abrigar até 200 mil pessoas, Maringá possui hoje, de acordo com o IBGE, aproximadamente 350 mil habitantes.

A superfície do Município compreende 473.064.190 m², sendo na área urbana: 128.260.000 m² e na área rural: 340.864.260 m². Sua vegetação primitiva acusava uma floresta fluviotropical, onde abundavam cebolão, pau d'alho, ingá, caviúna, peroba, marfim, óleo pardo, figueira branca, palmito, etc. O clima é subtropical temperado e sua área verde comporta 90 alqueires de matas nativas, distribuídos por 17 bosques e



milhões de árvores de diversas espécies plantadas ao longo das ruas e avenidas, totalizando 6.826.823 m² de área verde ou 25,94 m² por habitante.

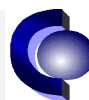
Vocacionada para desempenhar o papel polarizador de centro dinâmico de uma extensa região de municípios do Estado do Paraná em desenvolvimento, Maringá tem cumprido com fidelidade essa destinação histórica, constituindo-se no principal núcleo populacional da Microrregião 9 - Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense - AMUSEP, a qual congrega 30 municípios, com uma população aproximada de 1.000.000 de habitantes e, ampliando sua esfera de influência social, econômica e política para uma área estadual ocupada por cerca de 4.000.000 DE habitantes.

Para facilitar a análise e compreender melhor a diversidade da região que é composta de 69 municípios foi elaborado um estudo estatístico através da “Análise de Cluster”¹. Este estudo estabeleceu quatro grupos de municípios com características semelhantes segundo um conjunto de variáveis demográficas, habitacionais, educacionais e econômicas.

As informações apresentadas demonstram elevada diferença dos grupos em relação aos indicadores demográficos e econômicos, passando gradualmente de uma área predominantemente urbana com alta densidade demográfica, crescimento populacional acima da média nacional e forte atividade econômica, para uma região com menor atividade econômica, menor densidade e de localidades rurais que apresentam baixo crescimento populacional ou, muitas vezes, decréscimo populacional.

Maringá, devido ao seu destaque no cenário regional ficou isolada em um grupo, não havendo nenhum outro município com perfil semelhante.

¹ Indicadores Sócio-econômicos | Região de Maringá
Fonte: Orbis www.observatorio.org.br



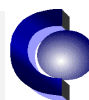
Pólo: Maringá



Região 1	Região 2	Região 3
Astorga	Ângulo	Arapuã
Atalaia	Araruna	Ariranha do Ivaí
Campo Mourão	Bom Sucesso	Barboza Ferraz
Colorado	Borrazópolis	Cândido de Abreu
Doutor Camargo	Cafeara	Corumbataí do Sul
Engenheiro Beltrão	Faxinal	Cruzmaltina
Floraí	Fênix	Farol
Floresta	Guaraci	Godoy Moreira
Flórida	Itaguajé	Grandes Rios
Iguaraçu	Ivaiporã	Iretama
Itambé	Kalorê	Jardim Alegre
Ivatuba	Mamborê	Lidianópolis
Jaguapitã	Marumbi	Luiziana
Jandaia do Sul	Munhoz de Melo	Lunardelli
Lobato	N Sra das Graças	Manoel Ribas
Mandaguaçu	Paíçandu	Nova Tebas
Mandaguari	Peabiru	Novo Itacolomi
Marialva	Pitanga	Rio Bom
Ourizona	Presidente Castelo Branco	Rio Branco do Ivaí
Santa Fé	Quinta do Sol	Rosário do Ivaí
Santo Inácio	Sabáudia	
São Pedro do Ivaí	Santa Inês	
	São João do Ivaí	
	São Jorge do Ivaí	
	Sarandi	
	Terra Boa	

Perfil dos Grupos

Cluster	Pólo	Região 1	Região 2	Região 3	Total
Número de Municípios	1	22	26	20	69
População – 2000	288653	308776	335007	146328	1078764
Taxa de Crescimento Demográfico Anual 1991/2000	2,1%	0,7%	0,6%	-2,5%	0,5%
Taxa de Urbanização – 2000	98%	86%	78%	44%	81%
Densidade Demográfica – 2000	588,0	48,5	37,7	18,0	45,2
População acima de 65 anos – 2000	6%	7%	6%	7%	6%
População abaixo de 15 anos – 2000	25%	27%	29%	30%	27%
Número Médio de Estabelecimentos Empresariais – 2003	10875	339	209	80	368
Produto Interno Bruto PIB – Médio - 2002	2.569.947.649	104.141.021	63.961.735	35.856.925	104.944.836



Maringá é o quinto maior IDH (0,841) do Paraná e o único município considerado de elevado desenvolvimento humano na região. Dos 69 municípios desta região apenas 7 possuem índice maior que o nacional (0,775).

O setor educacional de Maringá está acima do padrão nacional, do ensino fundamental à educação superior.

Na educação superior a presença da iniciativa privada teve início com o Centro de Ensino Superior de Maringá, há 16 anos. Nos últimos anos novas instituições de ensino superior surgiram, crescendo e diversificando a oferta de cursos de graduação e pós-graduação nas mais variadas áreas. Além da Universidade Estadual de Maringá e o Centro de Ensino Superior de Maringá, a cidade conta hoje com outras seis instituições de educação superior.

1.3.1 Interação com o Mundo do Trabalho e a Prática Social.

O CESUMAR tem uma ação universitária voltada ao desenvolvimento local e regional e à melhoria de vida da população do noroeste do Estado do Paraná.

Por meio de programas permanentes, programas especiais, projetos de extensão e da cooperação interinstitucional e internacional, estabelece suas relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas.

Suas Clínicas, Hospital Veterinário e Fazenda Escola abrigam uma série de projetos que permitem a articulação teórico prática de seus alunos e professores e o atendimento da população de baixa renda do município e da região.

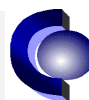
A manutenção de 202 convênios, nacionais e internacionais, permite a cooperação técnico-científica, o intercâmbio, a prática profissional por meio de estágios curriculares e extra-curriculares.

1. 4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

1. 4.1 Políticas Gerais

O Centro Universitário de Maringá estabelece as seguintes políticas gerais :

- implantar ações comprometidas com a realidade local a que serve;



- ocupar uma posição fundamental e estratégica na realidade local, no desenvolvimento tecnológico e sócio econômico da região;
- promover a educação e a formação integral humana numa perspectiva ética e de responsabilidade social;
- oferecer situações de aprendizagem que possibilitem a formação do cidadão comprometido com uma sociedade justa;
- envidar esforços no sentido de operacionalizar os dispositivos legais que amparam iniciativas no caminho da inclusão escolar.
- propiciar um ensino de qualidade, tendo como perspectiva a transformação social;
- incentivar a prática investigativa ;
- promover as atividades de extensão universitária, abertas à participação da comunidade;
- estabelecer uma relação de reciprocidade com a comunidade;
- fidelizar seus egressos através de programas e ações pertinentes;
- manter programas de apoio a comunidade universitária;
- divulgar a missão e os objetivos institucionais junto aos professores, técnicos e alunos para buscar o comprometimento da comunidade acadêmica;
- garantir estrutura para o desenvolvimento da educação continuada e da educação profissional;
- expandir as ações do ensino a distância por meio do CESUMAR Virtual

1. 4.2 Políticas para o Ensino

a) Cursos de Graduação

As políticas que nortearão o ensino nos cursos de graduação oferecidos pelo CESUMAR, respeitadas suas áreas de vinculação, deverão ser desenvolvidas para garantir:

- características comuns (carga horária, ementa, conteúdo) nas disciplinas de formação básica, até o ano de 2009;
- compromisso com a missão institucional e a conseqüente articulação com a pesquisa e a extensão;
- articulação com a sociedade e o setor produtivo;
- definição do perfil profissional do egresso, das habilidades e competências, e do diferencial do curso oferecido pelo CESUMAR;
- contextualização local e regional;



- atualização permanente do projeto pedagógico em atendimento às diretrizes curriculares;
- acompanhamento do projeto pedagógico com vistas a qualidade do curso e ao atendimento dos Manuais de Avaliação das Condições de Ensino;
- organizar os cursos observando a carga horária e o tempo de integralização, mínimos, presentes nas orientações normativas legais.

b) Cursos de Pós-Graduação

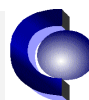
- Promover a pós-graduação respeitando os padrões de qualidade e as normas estipuladas pela CAPES/MEC;
- formar recursos humanos para o desenvolvimento profissional e social da região e do país;
- desenvolver pesquisas em áreas consideradas relevantes e prioritárias para a região de inserção do Centro Universitário;
- criar mecanismos de apoio à publicação para professores e alunos;
- incentivar a participação de professores e alunos de pós-graduação em eventos científicos;
- ofertar cursos e programas de pós-graduação em consonância com as linhas de pesquisa estabelecidas no projeto pedagógico da graduação;
- estimular a participação do corpo docente com titulação de doutor nos cursos de pós-graduação lato sensu e nos cursos de graduação.

1.4.3 Políticas para a Educação Inclusiva

"A inclusão social se apresenta como um processo de atitudes afirmativas, públicas e privadas, no sentido de inserir, no contexto social mais amplo, todos aqueles grupos ou populações marginalizadas historicamente ou em consequência das radicais mudanças políticas, econômicas ou tecnológicas da atualidade".

Uma das dimensões do processo de inclusão social é a inclusão escolar, conjunto de políticas públicas e particulares de levar a escolarização a todos os segmentos humanos da sociedade, com ênfase na infância e juventude.

No Brasil, a Constituição de 1988, assim como a LDB 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) destacam a importância e urgência de promover-se a inclusão educacional como elemento formador da nacionalidade.



A legislação recente e ainda pouco conhecida coloca a questão da inclusão escolar para todos aqueles que se encontram à margem do sistema educacional: a população que não participa, do consumo de bens materiais (produtos e mercadorias) e/ou serviços; que está fora do processo produtivo, seja pelo subdesenvolvimento, desemprego e sub-emprego; do acesso a bens culturais, saúde, educação, lazer e outros componentes da cidadania.

A necessidade e o direito à inclusão se fazem presentes na instituição, através das diretrizes:

- eliminação de barreiras arquitetônicas para os portadores de necessidades especiais, e atendimento da questão nas novas edificações;
- desenvolvimento de programas e projetos de extensão voltados às populações de baixa renda;
- manutenção de Programa Especial de Inclusão Digital – Digitando o Futuro, para crianças, jovens e adultos;
- participação nos Programas e Projetos Nacionais de Inclusão Social.

1.4.4 Políticas para Educação a Distância

O CESUMAR VIRTUAL tem suas ações conduzidas por uma equipe multidisciplinar comprometida com um projeto político construído sob duas premissas pedagógicas:

A primeira, situa-se na idéia da *íntima relação do ensinar com o aprender*. A ênfase desse modelo, portanto, concentra-se na preocupação com a relação que deve existir entre os indivíduos que se propõem a adquirir e/ou dominar um conhecimento e os indivíduos que se propõem a fornecer e/ou organizar tanto esses conhecimentos como os meios que poderão otimizar os resultados desejados pelo binômio em questão.

A segunda premissa reguladora desse modelo, ou a segunda força, propulsora das atividades planejadas e operadas, situa-se na exigência básica de estabelecer contínua relação entre a o *acompanhamento do processo técnico pretendido* e a *avaliação de todos os elementos integrantes* do processo educativo. Isso porque a certeza sobre a qualidade do Curso, seu grau de coerência entre todas as disciplinas, a interdependência dos objetivos, a aglutinação dos conhecimentos perseguidos pelos diversos conteúdos, o trânsito fluido entre o saber e os equipamentos e/ou as novas tecnologias necessitam continuamente de exame, de *feedback*.



Na operacionalização dessas premissas pedagógicas é que se organizam materiais instrucionais, que privilegiam a combinação de procedimentos didáticos próprios da educação a distância, tais como utilização de vários meios (impressos, vídeos, áudios e CD-ROM) e momentos de interatividade *on-line* e presenciais.

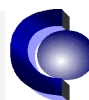
Os materiais não são pensados fora dos pressupostos pedagógicos, como se fossem apenas recursos instrucionais para alunos distantes. O planejamento e a elaboração desses materiais, passíveis de sistemática, testes ou avaliação, integram a estratégia pedagógica. Estratégia que também implica na busca constante da clareza sobre os objetivos pretendidos pelo Curso, quer através dos seus módulos, quer através das disciplinas, enquanto tomadas isoladamente.

Os recursos pedagógicos devem servir como suporte para o estudo, esclarecendo e aprofundando os tópicos de maior relevância, apresentando informações práticas e úteis, possibilitando, assim, a aplicação imediata dos conceitos estudados.

Nesse sentido, as premissas pedagógicas para a organização dos programas são consideradas fundamentais para nortear e/ou disciplinar as relações entre professores, tutores, monitores e alunos. Na verdade, recursos humanos, recursos físicos, recursos materiais, instrucionais, todos são pensados na perspectiva de provocar aprendizagens reguladas por princípios previamente definidos. Com esse espírito, se dá forma o planejamento e o desenvolvimento da educação a distância no CESUMAR.

1.4.5 Políticas para Pesquisa

- Estimular a participação de alunos na atividade de pesquisa;
- incentivar a participação de alunos de Iniciação Científica em eventos locais e regionais,
- oferecer ao estudante a formação científica, por meio do incentivo à produção científica;
- incentivar a integração da graduação com a pós-graduação por meio da iniciação científica;
- interagir com o setor produtivo para gerar pesquisas que resultem no aprimoramento e desenvolvimento da região;
- apoiar financeiramente projetos específicos, através de Fundo de Pesquisa.
- apoiar a participação de professores e alunos em eventos das diversas áreas do conhecimento;



- aprimorar e consolidar os processos de avaliação de pesquisa;
- criar instrumentos e mecanismos para aferição da qualidade e produtividade do gerenciamento da pesquisa;
- consolidar os Grupos de Pesquisa.

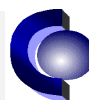
1.4.6 Políticas para Extensão

A política de Extensão Universitária do CESUMAR está estabelecida em atendimento aos princípios de cidadania: equidade, justiça, respeito e dignidade, ética nas relações, responsabilidade institucional e social, e se orienta pelas diretrizes do Plano Nacional de Educação, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, agregando os objetivos estabelecidos no Plano Nacional de Extensão².

Nesse sentido, a política de extensão universitária é definida para:

- consolidar a Extensão Universitária como processo acadêmico indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;
- promover a integração do ensino e da pesquisa com as demandas institucionais e sociais, priorizando atividades práticas voltadas ao atendimento de necessidades sociais, como as relacionadas com a área de educação, saúde e habitação, produção de alimentos, geração de emprego e ampliação da renda;
- incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social e política;
- reconhecer as ações extensionistas como atividades complementares nos projetos pedagógicos dos cursos de ensino superior;
- incentivar e apoiar as atividades culturais, artísticas e desportivas;
- divulgar e apoiar a produção acadêmica;
- enfatizar a utilização de tecnologias para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação, incluindo a educação continuada a distância;
- apoiar as atividades voltadas para a produção e preservação cultural e artística como relevantes para o desenvolvimento local e regional;
- estimular a inclusão da Educação Ambiental e do Desenvolvimento Sustentável como componentes da atividade extensionista;

² BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Superior. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras; **Plano Nacional de Extensão**. Disponível em: <<http://www.mec.gov/sesu.br>>. Acesso em: 03 mar. 2004.



- viabilizar a prestação de serviços como produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do Ensino, Pesquisa e Extensão.

II MARCO CONCEITUAL

2.1 CONCEPÇÃO DE PROJETO PEDAGÓGICO

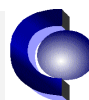
2.1.1 PRESSUPOSTOS FUNDAMENTAIS: REFERENCIAIS ÉTICO-POLÍTICOS

A instituição educativa não se justifica, caso não esteja a serviço da sociedade. Por isso cabe à IES, por excelência, a coleta, a organização e socialização do saber humano, não só garantindo um fluxo histórico, sem interrupções, dos processos e/ou resultados cognitivos como aprimorando ou superando conhecimentos até então já produzidos.

É com o saber acumulado que a humanidade transforma condições pouco satisfatórias de vida, sempre desejada qualitativamente em nível superior ao anteriormente alcançado. Na esfera da produção de bens materiais, sociais ou culturais, afirma-se que necessidades sanadas objetivam-se, sempre, em necessidades criadas, o que, por si só, asseguraria à instituição educacional o caráter não só de guardiã do saber já existente como a responsabilidade de estabelecer novas relações, novo patamar de descobertas para a objetivação de novas necessidades, ciclicamente, superadas. Nesse dinamismo, a ela também cabe a crítica tanto sobre situações humanas, comportamentos sociais, como sobre conhecimentos que, já produzidos, possam por ventura, contraditoriamente, prejudicar os próprios homens. Nessa atuação intencionada objetiva sua função reflexiva sobre possibilidades reais de transformação.

Na definição da IES como guardiã de um patrimônio que é de todos e que para todos deve ser devolvido e desenvolvido já se encontra a base para a explicitação de sua responsabilidade social. Isso porque o saber, que cabe a ela apoderar-se e multiplicar, precisa ser re-encaminhado à sociedade. O conhecimento pelo conhecimento seria, em nossa época, um diletantismo inoportuno.

Tal compromisso com a sociedade hoje, no entanto, torna-se cada vez mais difícil em função dos dados alarmantes sobre pobreza e exclusão social. A crescente produção de desigualdades obriga a instituição a definir-se como uma entidade que se propõe a



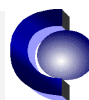
encaminhar estratégias não só relacionadas à produção de conhecimentos como as relacionadas à socialização desses conhecimentos, assim como, a outras ações práticas de intervenção no social que possam atenuar ou dirimir os problemas urgentes da sociedade, reconhecidos como tais pela população. Não bastaria a uma instituição educacional do século XXI contentar-se com a organização e o repasse de saberes sociais. A inserção de seus integrantes na luta para fazer do conhecimento ações concretas em prol da sociedade é uma meta clara que não pode ser confundida nem com o assistencialismo nem com a mera caridade.

O compromisso do CESUMAR entendido como defensor do conhecimento técnico e científico não dispensa ações concretas como operador dessa intelectualidade no seio da sociedade. Assume-se, assim, como agente efetivo em situações concretas de trabalho que ultrapassam a sala de aula e expandem o potencial de realização da teoria na prática.

O desafio, pois, do CESUMAR como instituição educativa se põe exatamente no seio da seguinte constatação: Em 1960 os 10% mais ricos tinham uma renda 34 vezes maior do que os 10% mais pobres. Na virada do século XXI a renda do 1% mais rico era igual aos dos 50% mais pobre³. A maior parte da população, com renda insuficiente convive com dificuldades múltiplas, incluindo-se nelas as de acesso aos bens culturais, à educação. O Brasil apresenta, em relação a outros países, um número extremamente acanhado de estudantes de nível superior.

Sem desconsiderar os esforços do governo para a democratização do ensino ou para a inclusão de segmentos antes afastados do sistema escolar, deve-se ter em mente não só o grau de desenvolvimento dos saberes que hoje sustentam a economia dos países desenvolvidos como as dificuldades inerentes ao repasse dos mesmos para populações de países pobres, ou carentes de desenvolvimento. Nesse quadro, a responsabilidade social das IES duplica quando elas se propõem a ensinar tudo a todos, como já sonhava Comenius, o pai da didática. Triplicada, no entanto, é sua responsabilidade quando ela, nesse quadro social e econômico, dimensiona as exigências próprias a um ensino de qualidade.

³ Vide IBGE....



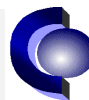
De certa forma, a qualificação efetiva dos cidadãos hoje, mais do que nunca, depende dos objetivos que a Instituição se propõe a atingir. O detalhamento deles está preso à consciência da função da escola no seio de uma sociedade. E essa função, por outro lado só se torna meta transparente quando a sociedade é posta como ponto de partida e ponto de chegada das ações a serem desenvolvidas por ela.

O conhecimento obrigatório sobre a sociedade - sua organização, seus limites, suas mazelas e suas possibilidades – oferece, de imediato, não só um estímulo para o questionamento sobre as melhores alternativas para superar esses mesmos limites como induz à ações mais conseqüentes na realidade circundante. A compreensão do mundo atual, da sociedade presente na qual a IES está inserida, torna-se, pois a primeira exigência para o projeto de qualquer curso, de qualquer atividade institucional a ser realizada.

O saber sobre a sociedade, respondendo pela fundamentação de ações ou medidas que possam ser tomadas em seu favor, tem como exigência básica o conhecimento científico, que implica em analisar os fenômenos através de teorias, abstrações ou esquemas conceituais. Não existe possibilidade do exercício da criticidade caso seja abandonado o conhecimento que ultrapassa a percepção imediata do fenômeno problemático, de interesse imediato. Uma legítima atitude crítica não recusa a ciência, pois não admite ser confundida com meras opiniões ou com explicações simplistas, determinadas por ângulos acanhados.

Essa exigência de entendimento analítico, em termos pedagógicos, não está separada da consciência, que todos devem ter, sobre a significação dos conhecimentos adquiridos. Essa significação, por outro lado, está presa a uma cobrança pertinente a educação dos profissionais que é a de dar sentido público à prática a ser realizada pelo estudante do início ao término de sua formação.

O uso dos conhecimentos adquiridos não se configura após o recebimento do título. Esse desempenho inteligente, que se concretiza quando o sujeito é capaz de resolver casos reais, pontuais, é resultante de um processo onde a teoria sempre é colocada lado a lado com a prática, em todas as situações de aprendizagem vivida pelos alunos, desde o início de sua vida universitária.



Se a teoria não pode ser assumida sem uma prática consentânea, da mesma forma, as questões particulares não podem ser tomadas como independentes de uma totalidade maior. A chamada transversalidade, ou a proposta metodológica de tratar temas acadêmicos por múltiplos nexos, por conexões variadas, deve ser entendida, em princípio, como um interesse em ultrapassar a fragmentação do ensino objetivado em disciplinas ministradas de forma estanque. Erro no qual, o excesso de preocupação pela especialização *ad infinitum* se estende na falta de hábito de dar aos conteúdos sua significação social.

Por outro lado, com esse espírito de busca sistemática por relações e conexões entre fatos, fenômenos, acontecimentos, representações, saberes, a interdisciplinaridade passa a ser entendida como um processo natural no encaminhamento de atividades curriculares diversas. Temas comuns, abordados por diversos ângulos, por diversas disciplinas, por professores de áreas distintas, podem ser aglutinados, racionalizados ou otimizados por planos de ensino feitos em cooperação assim como por projetos de pesquisa administrados por grupos previamente constituídos.

O saber próprio ao ensino de 3^o. grau, com qualquer um dos atributos que lhes possa ser atribuído, com qualquer metodologia que possa ser encaminhado, é um saber que deve ter uma íntima vinculação com o trabalho. A consciência da intimidade do ensino com o trabalho faz com que a ação pedagógica valorize a relação com o outro, o direcionamento de ações a um terceiro, garantindo profissionalmente não só a noção de coletivo, a prática da solidariedade assim como o afastamento do padrão comportamental narcisista, típico da sociedade contemporânea.

Na prática é que se comprova a sabedoria, e essa sabedoria se expressa em hábitos, atitudes, habilidades, domínio de procedimentos necessários ao profissional do qual a sociedade carece. Essa formação de competências desejada, ao longo de cada curso, se faz com base em desempenhos discentes estimulados e, consecutivamente, avaliados com o objetivo de garantir a progressão qualitativa dos mesmos. A sistemática avaliação do desempenho acadêmico demonstra, pois, o interesse da Instituição no acompanhamento do perfil dos alunos assim como a preocupação com as condições pedagógicas ideais para a formação de profissionais idôneos. No ambiente escolar, o



comportamento aparente dos alunos transforma-se em uma variável de observação permanente, posto que o ensino necessita de dados objetivos para o encaminhamento das metas sociais a que se dispõe. Não apenas a conferência relativa aos conteúdos ministrados nos programas das disciplinas ministradas define, portanto, as avaliações institucionais.

A forma de organizar e desenvolver trabalhos, o domínio dos procedimentos próprios a área de saber escolhido, o equilíbrio emocional, a apresentação pessoal, o relacionamento humano, ou sociabilidade, a iniciativa, a responsabilidade e a ética são as características mínimas que devem caracterizar o aluno do CESUMAR. São as características esperadas do egresso da Instituição que se propõe a entregar à sociedade um profissional habilitado para atuar nela em qualquer ambiente de trabalho. A avaliação com caráter formativo torna-se, com esses objetivos, mais vigorosa no interior dos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

2.1.2 Princípios Metodológicos

2.1.2.1 Práticas Pedagógicas Inovadoras

Com a superação dos currículos mínimos e o advento das diretrizes curriculares de cada curso, abriu-se um grande conjunto de possibilidades na Educação Brasileira, especialmente para a incorporação de novas práticas pedagógicas, currículos sintonizados às demandas locais e interdisciplinaridade na inexorável tarefa do aprender como condição de desenvolvimento social.

O CESUMAR, atento às necessidades de sua região de influência, ocupa-se de planejar e implementar seus projetos pedagógicos incorporando novas tecnologias educacionais como referencial de qualidade na formação acadêmica.

A tecnologia educacional não se resume às ferramentas e instrumentos que melhoram o desempenho da atividade docente, mas, sobretudo, às diferentes metodologias fundamentadas em práticas consagradas e incremento do desempenho discente, sintonizadas às demandas laborais e técnicas marcantes da “sociedade da informação”.



Através de práticas pedagógicas inovadoras, a educação por conteúdos começa a ceder significativo espaço à educação por competência.

Entende-se por competência profissional a capacidade pessoal de mobilizar, articular e colocar em ação conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho e pelo desenvolvimento tecnológico.

Cada curso de graduação do CESUMAR vem passando por um detalhado processo de reconstrução de seu projeto, não apenas pela sintonia às respectivas diretrizes curriculares, mas para a incorporação de novas práticas que sintonizem a formação à realidade e às demandas sociais.

Nossos projetos pedagógicos têm incorporado práticas que buscam a interdisciplinaridade, flexibilidade e a contextualização, seja utilizando novas ferramentas em sala de aula, sejam incorporando visitas técnicas ao processo de aprendizagem, ou mesmo pelo desenvolvimento de projetos integradores, cujos resultados indubitavelmente confirmam o incremento do desempenho discente, a satisfação docente e a realização da missão institucional.

2.1.2.2 Perfil do Egresso

O domínio dos procedimentos próprios a área de saber escolhido, o equilíbrio emocional, a apresentação pessoal, o relacionamento humano ou sociabilidade, a iniciativa, a responsabilidade e a ética são as características mínimas que devem caracterizar o aluno do CESUMAR. São as características esperadas do egresso da Instituição que se propõe a entregar à sociedade um profissional habilitado para atuar nela em qualquer ambiente de trabalho.

2.1.2.3 Estrutura Curricular

A estrutura curricular deve ser elaborada a partir do projeto pedagógico do curso, em consonância com o projeto pedagógico institucional e com as diretrizes curriculares específicas. Ela deve agregar um conjunto de *atividades acadêmicas*: disciplinas e/ou



conteúdos de graduação, atividades complementares, iniciação à pesquisa, estágios, que contemplem o perfil profissiográfico desejado.

2.1.2.3.1 Seleção de Conteúdos: ensino como relação indissociável da aprendizagem

O conhecimento obrigatório sobre a sociedade - sua organização, seus limites, suas mazelas e suas possibilidades deve oferecer de imediato, não só um estímulo para o questionamento sobre as melhores alternativas para superar esses mesmos limites como induz à ações mais conseqüentes na realidade circundante.

A compreensão do mundo atual, da sociedade presente na qual a IES está inserida, torna-se, pois a primeira exigência para o projeto de qualquer curso, de qualquer atividade institucional a ser realizada.

O saber sobre a sociedade, respondendo pela fundamentação de ações ou medidas que possam ser tomadas em seu favor, tem como exigência básica o conhecimento científico, que implica em analisar os fenômenos através de teorias, abstrações ou esquemas conceituais. Não existe possibilidade do exercício da criticidade, caso seja abandonado o conhecimento que ultrapassa a percepção imediata do fenômeno problemático, de interesse imediato. Uma legítima atitude crítica não recusa a ciência, pois não admite ser confundida com meras opiniões ou com explicações simplistas, determinadas por ângulos acanhados.

Essa exigência de entendimento analítico, em termos pedagógicos, não está separada da consciência, que todos devem ter, sobre a significação dos conhecimentos adquiridos.

Essa significação, por outro lado, está presa a uma cobrança pertinente a educação dos profissionais que é a de dar sentido público à prática a ser realizada pelo estudante do início ao término de sua formação.

Nesse sentido a seleção de conteúdos deve responder ao perfil estabelecido para a formação do egresso.



2.1.2.3.2 Flexibilização Curricular.

A flexibilização curricular, de acordo com os preceitos da L.D.B., visa a implantação de possibilidades acadêmicas aos alunos para a liberdade de desenharem seu percurso formativo, adquirirem uma visão prática através da incorporação de experiências curriculares e extracurriculares no currículo.

No CESUMAR a flexibilização ocorre por meio de atividades complementares e da possibilidade de matrícula em disciplinas não previstas no currículo.

2.1.2.3.3 Estágio, prática profissional e atividades complementares

a) Políticas de estágio

Os estágios como instrumentos de integração do aluno à realidade social e econômica, momento fértil de iniciação ao ensino e à pesquisa e como iniciação profissional, consta de atividades supervisionadas com articulação teoria-prática, exercidas em situações reais.

Cada curso tem seu regulamento de estágio aprovado pelo respectivo Colegiado, bem como pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, observada a legislação vigente.

Os Estágios Supervisionados Curriculares atendem às exigências de cada área, especialmente às diretrizes curriculares de cada Curso.

b) Prática profissional

No CESUMAR, a prática profissional é estabelecida para permitir ao aluno aprimorar suas competências ao longo da formação acadêmica, supervisionadas por docentes com experiência no mundo do trabalho, para garantir proficiência a cada egresso dessa área.

Nesse sentido o CESUMAR disponibiliza uma estrutura moderna para uma permanente prática profissional, aberta à comunidade, de forma que não apenas atendem às necessidades de construção das competências discentes, mas ofereçam um ambiente de interação com a comunidade.



Compõe esta estrutura: 85 Laboratórios; 05 Clínicas (Fonoaudiologia, Fisioterapia, Nutrição, Odontologia e Psicologia); 04 Anfiteatros; Núcleo de Prática Jurídica; Hospital Veterinário; Centro de Hospitalidade (Hotel e Restaurante); 03 Ginásios de Esportes cobertos; 02 Quadras de Tênis, Pista de Atletismo, Campo de Futebol Suíço; Fazenda Escola Experimental; Centro de Biotecnologia do CESUMAR, Núcleo de Prática Jurídica, Rádio CESUMAR FM, o Horto Botânico, o Ateliê de Artes

c) Atividades Complementares

As atividades acadêmicas complementares são componentes do projeto pedagógico sendo, seu integral cumprimento, requisito indispensável à conclusão do curso e colação de grau de acordo com a legislação vigente.

O objetivo geral das atividades complementares, de cada curso, cumpre dois objetivos:

- a) enriquecer o currículo do curso, estimulando a prática de estudos independentes, propiciando a flexibilidade curricular e experiências de aprendizagem e de aprimoramento cultural e científico;
- b) possibilitar o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar, inclusive as que se referam à experiência profissional julgada relevante para a área de formação.

São consideradas atividades acadêmicas complementares: as monitorias, as visitas monitoradas, os estágios extracurriculares, a iniciação científica, a participação em projetos de pesquisa e de extensão, a participação em eventos científicos (seminários, simpósios, congressos, conferências, etc), a matrícula em disciplinas oferecidas por outros cursos do Centro Universitário ou por outras Instituições, a publicação de produção científica, e outras atividades definidas, reconhecidas, supervisionadas e homologadas pelos conselhos de curso.

As atividades complementares têm carga horária de 6% (seis por cento) da carga horária global do curso, devem ser cumpridas cumulativamente ao longo do curso, sendo vedado o cumprimento da carga horária global com uma só atividade ou grupo de atividades.



Para que haja o aproveitamento destas atividades é necessária a validação do Conselho de Curso, o qual deve avaliar a importância daquela atividade dentro do projeto pedagógico e do perfil profissional do curso.

Compete aos coordenadores de cursos:

I – encaminhar o regulamento de atividades complementares do curso, especificando a exigência de certificado de frequência e participação, avaliação obtida, carga horária cumprida, relatório de desempenho e outros instrumentos necessários à validade e valoração da atividade, para discussão e aprovação pelo Conselho de Curso;

II – exigir a comprovação documental pertinente;

III – validar as atividades complementares conforme regulamento;

IV - encaminhar à Diretoria de Assuntos Acadêmicos o requerimento do aluno com as atividades complementares realizadas, para registro de horas/atividades no seu histórico escolar, acompanhado dos documentos comprobatórios.

2.1.2.3.4 Avaliação da Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem no CESUMAR está estabelecida nos artigos 50 a 54 e seus parágrafos no regimento interno da Instituição.

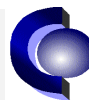
“ Art. 50. A avaliação do rendimento escolar é feita por disciplina, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento.

Art. 51. A frequência às aulas e demais atividades escolares é obrigatória, e permitida apenas aos alunos matriculados, vedado o abono de faltas.

§ 1º Independentemente dos demais resultados obtidos, é considerado reprovado na disciplina o aluno que não atingir frequência, de no mínimo 75%, das aulas e demais atividades programadas.

§ 2º As normas e procedimentos para a verificação e o registro de frequência constam de regulamento próprio, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

§ 3º O aluno convocado para integrar o Conselho de Sentença em Tribunal do Júri, manobra militar obrigatória ou a serviço da Justiça Eleitoral, assim como portadores de doenças infecto-contagiosas e as gestantes, têm direito a atendimentos especiais na forma da legislação em vigor.



§ 4º Desde que devidamente comprovados e amparados pela legislação especial, o prazo para os pedidos formulados com base no disposto do parágrafo anterior é de três dias úteis, contados da data de início do ocorrido.

Art. 52. *Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e de outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão abreviar a duração de seus cursos, de acordo com o previsto pela legislação em vigor.*

Art. 53. *O rendimento escolar é avaliado pelo acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtidos em quatro provas oficiais, realizadas ao longo do ano letivo, sendo aprovado na disciplina o aluno que ao final do ano letivo, obtiver nota de aproveitamento igual ou superior a 6,0 (seis).*

§ 1º Em cada uma das quatro provas oficiais, assim como o resultado final, é atribuído ao aluno uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) com aproximação até a primeira casa decimal, não sendo permitido “arredondamento”.

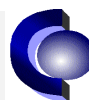
§ 2º Nas quatro etapas do período letivo anual é atribuída ao aluno, por disciplina, uma nota de verificação do rendimento que pode ser apenas a da prova de avaliação oficial ou, a critério do professor, a média desta com as demais notas, também graduada de 0 (zero) a 10 (dez), referentes a outras formas de verificação constantes do plano de ensino da disciplina, desde que a nota da avaliação oficial represente, no mínimo, 50% da composição da média.

§ 3º Pode ser concedida revisão da nota atribuída nas verificações do aproveitamento quando requerida no prazo de três dias úteis da divulgação do resultado.

§ 4º Pode ser concedida uma prova substitutiva ao final de cada semestre letivo, em cada disciplina com o objetivo de eliminar a menor nota da disciplina, obtida no semestre, observadas as normas estabelecidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

§ 5º As provas aplicadas para verificação do rendimento escolar, de acordo com as características da disciplina, podem ser substituídas por trabalhos escritos, projetos, relatórios, estudos de casos ou outras modalidades academicamente aceitas e constantes do plano de ensino da disciplina, aprovado pelo Conselho do respectivo curso, observado o disposto no § .2º deste artigo.

Art. 54. *Os critérios para verificação do rendimento escolar, promoção e dependência de estágio supervisionado, prática de ensino, trabalho de conclusão de curso, monografia e disciplinas com*



características especiais constam de regulamentos específicos, aprovados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, por proposta do Conselho de Curso”.

A avaliação de aprendizagem é uma das questões que nos desafia, quando buscamos a implementação de uma pedagogia transformadora.

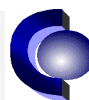
Nesse período de construção coletiva de nosso projeto pedagógico institucional estaremos migrando para uma proposta de avaliação que reflita nosso discurso e intenção fundamentada numa pedagogia cujo modelo social contemple a apropriação do conhecimento para a transformação da sociedade.

PEDAGOGIA CONSERVADORA	PEDAGOGIA TRANSFORMADORA
PRIORIZA A AVALIAÇÃO DOS CONTEÚDOS DOS LIVROS. CLASSIFICAÇÃO, JULGAMENTO DE VALOR COM PADRÕES CONSAGRADOS	PRIORIZA A COMPREENSÃO DA REALIDADE. CONCEBIDA COMO PROBLEMATIZAÇÃO, QUESTIONAMENTO, REFLEXÃO, SOBRE A AÇÃO. EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO DE FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA.
PREDOMINÂNCIA DOS ASPECTOS QUANTIFICÁVEIS	PREDOMINÂNCIA DOS ASPECTOS QUALITATIVOS SOBRE OS QUANTITATIVOS
AVALIAÇÃO NOS MOMENTOS DE TERMINALIDADE, COMO DE UMA UNIDADE, SÉRIE, CURSO	AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA (permite a correção de rumos, a reformulação de procedimentos didáticos, onde a avaliação é um processo contínuo e paralelo ao ensino-aprendizagem).

A ênfase no aprender, deve nortear as discussões na comunidade acadêmica, para que possamos garantir aos nossos alunos:

- apropriação do conhecimento para transformação da sociedade
- desenvolvimento do hábito do estudo diário, rompendo, assim como vício de estudar somente na véspera da prova
- ação de um professor humano, ético, estético, justo e solidário
- valorização de todos os atos acadêmicos e não somente o que vale nota
- legitimação de instrumentos diversificados de avaliação

Perrenoud (apud Kramer, 2006) afirma que mudar a avaliação significa provavelmente mudar a escola. Mudar a prática da avaliação é construir uma nova escola, é alterar práticas habituais, criando inseguranças e angústias e este é um obstáculo que não pode ser negado pois envolverá todos.



Ao adotar uma pedagogia transformadora, não resta outra alternativa para a comunidade acadêmica senão pensar em uma nova forma de avaliação, rompendo paradigmas, mudando concepções e práticas.

Comparação entre a concepção tradicional de avaliação com uma avaliação transformadora

Avaliação Tradicional

Foco na promoção - o alvo dos alunos é promoção. Nas primeiras aulas, se discutem as regras e os modos pelos quais as notas serão obtidas para a promoção de uma série para outra.

Implicação – as notas vão sendo observadas e registradas. Não importa como elas foram obtidas, nem por qual processo o aluno passou.

Foco nas provas – são utilizadas como objeto de pressão psicológica, sob pretexto de serem um ‘elemento motivador da aprendizagem’, seguindo ainda a sugestão de Comenius em sua Didática Magna criada no século XVII. É comum ver professores utilizando ameaças como “Estudem! Caso contrário, vocês poderão se dar mal no dia da prova!” ou “Fiquem quietos! Prestem atenção! O dia da prova vem aí e vocês verão o que vai acontecer...”

Implicação – as provas são utilizadas como um fator negativo de motivação. Os alunos estudam pela ameaça da prova, não pelo que a aprendizagem pode lhes trazer de proveitoso e prazeroso. Estimula o desenvolvimento da submissão e de hábitos de comportamento físico tenso (estresse).

Os estabelecimentos de ensino estão centrados nos resultados das provas e exames – eles se preocupam com as notas que demonstram o quadro global dos alunos, para a promoção ou reprovação.

Implicação – o processo educativo permanece oculto. A leitura das médias tende a ser ingênua (não se buscam os reais motivos para discrepâncias em determinadas disciplinas).

O sistema social se contenta com as notas – as notas são suficientes para os quadros estatísticos. Resultados dentro da normalidade são bem vistos, não importando a qualidade e os parâmetros para sua obtenção (salvo nos casos de exames como o ENEM que, de certa forma, avaliam e “certificam” os diferentes grupos de práticas educacionais e estabelecimentos de ensino).

Implicação – não há garantia sobre a qualidade, somente os resultados interessam, mas estes são relativos. Sistemas educacionais que rompem com esse tipo de procedimento tornam-se incompatíveis com os demais, são marginalizados e, por isso, automaticamente pressionados a agir da forma tradicional.

ADAPTAÇÃO DE KRAMER ORIGINAL LUCKESI 2002.

Modelo Transformadora

Foco na aprendizagem – o alvo do aluno deve ser a aprendizagem e o que de proveitoso e prazeroso dela obtém.

Implicação – neste contexto, a avaliação deve ser um auxílio para se saber quais objetivos foram atingidos, quais ainda faltam e quais as interferências do professor que podem ajudar o aluno.

Foco nas competências – o desenvolvimento das competências previstas no projeto educacional deve ser a meta em comum dos professores.

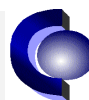
Implicação – a avaliação deixa de ser somente um objeto de certificação da consecução de objetivos, mas também se torna necessária como instrumento de diagnóstico e acompanhamento do processo de aprendizagem. Neste ponto, modelos que indicam passos para a progressão na aprendizagem, como a Taxionomia dos Objetivos Educacionais de Benjamin Bloom, auxiliam muito a prática da avaliação e a orientação dos alunos.

Estabelecimentos de ensino centrados na qualidade – os estabelecimentos de ensino devem preocupar-se com o presente e o futuro do aluno, especialmente com relação a sua inclusão social (percepção do mundo, criatividade, empregabilidade, interação, posicionamento, criticidade).

Implicação – o foco da escola passa a ser o resultado de seu ensino para o aluno e não mais a média do aluno da escola.

Sistema social preocupado com o futuro- já alertava o ex-ministro da Educação, Cristóvam Buarque: “Para saber como será um país daqui há 20 anos, é preciso olhar como está sua escola pública no presente.” Esse é um sinal de que a sociedade já começa a se preocupar com o distanciamento educacional do Brasil com o dos demais países. É esse o caminho para revertermos o quadro de uma educação “domesticadora” para “humanizadora”.

Implicação – valorização da educação de resultados efetivos para o indivíduo.



2.1.2.2.5 Articulação ensino x pesquisa x extensão e seus incentivos

A articulação de todos os programas de aprendizagem deve ser explicitada nos projetos pedagógicos, pois revelará uma imagem coerente e sistematizada do curso.

Justificar a articulação ensino, pesquisa e extensão nas suas relações de aproximação e de evolução permite maior clareza na compreensão dos princípios que embasaram a construção do curso.

O CESUMAR possui institucionalizados instrumentos normativos e de apoio que visam dar sustentação a articulação acadêmica. Cita-se:

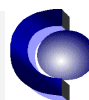
a) Núcleo de apoio Pedagógico – NAP

O Núcleo de Apoio Pedagógico foi criado, no CESUMAR, com a função de estimular a totalidade da instituição na busca da qualidade do ensino. Suas ações concentram-se no acompanhamento e na análise das condições pedagógicas, nos procedimentos acadêmicos de cada Curso, viabilizando estratégias direcionadas à superação de qualquer dificuldade detectada.

Concepções de educação, diretrizes educacionais, práticas e metodologias didáticas, associação da teoria à prática social, interdisciplinaridade, currículos e perfil de profissionais, avaliação dos procedimentos acadêmicos, produção científica e participação em congressos, projetos de extensão enquanto relacionados a intervenções sociais, são os temas recorrentes do NAP quando interage com os professores.

Dentre o trabalho de publicização de parâmetros ideais para o ensino, o NAP vem acentuando a necessidade de clara integração do ensino, pesquisa e extensão no interior dos Projetos Pedagógicos. Vem mobilizando os diferentes Cursos a organizarem seus docentes por núcleos, ou grupos temáticos, facilitando, assim, a integração dos trabalhos de Iniciação Científica, de Estágio ou Trabalhos de Conclusão de Curso sob maior unidade, quer em termos de conteúdos das disciplinas, quer em termos de aplicação de conhecimentos teóricos a problemas reais.

Na perspectiva de criação de hábitos de trabalho acadêmico, o NAP vem enfatizando a avaliação como um processo, que tem por objetivo a obtenção de informações destinadas à superação de emperramentos ou percalços na condução do sistema. Avaliar,



sistematicamente, o Projeto Pedagógico, as disciplinas do Currículo, as práticas em desenvolvimento (estudos complementares, monitoria, engajamento em projetos de pesquisa, ensino ou extensão, estágios) o trabalho dos coordenadores, o desempenho dos docentes, e o rendimento dos alunos, quer por turmas, disciplinas ou séries, é uma tarefa proclamada sistematicamente pelo NAP como inerente às funções docentes. Para isso, vem elaborando instrumentos que, entregues previamente ao conhecimento dos professores, são utilizados para dimensionar a qualidade do trabalho que vem sendo oferecido à comunidade pela instituição.

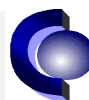
As funções do NAP, em síntese, revelam um aspecto da política da instituição relativa ao aperfeiçoamento de seu pessoal docente, ou à formação contínua dos docentes de nível superior.

b) Programa de Iniciação Científica do CESUMAR – PICC - visa estimular a pesquisa junto aos acadêmicos de cursos de graduação, objetivando a formação integral do discente, conduzida pela reflexão e criatividade.

c) Programa de Bolsas de Iniciação Científica do CESUMAR – PROBIC - visa apoiar os alunos vinculados a projetos de iniciação científica com a concessão de uma Bolsa de Iniciação Científica por um período de 12 (doze) meses. O número, o valor e a duração das bolsas de iniciação científica são definidos, anualmente, pelo Diretor de Pesquisa, juntamente com o Reitor do Cesumar.

d) Extensão Universitária

A articulação e a integração com a sociedade ocorrem pela extensão universitária, por meio de programas, projetos de extensão, eventos e cursos de extensão, da cooperação interinstitucional e da prestação de serviços.



III MARCO OPERACIONAL

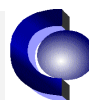
3.1 DEFINIÇÕES OPERATIVAS

O marco operacional está constituído por definições operativas, fixadas em ações práticas.

As ações previstas no marco operacional se constituem em atividades contínuas, que para efeitos de implementação tem períodos/prazos fixados.

Para cada ação haverá um documento específico, com detalhamentos, que permitem a socialização, discussão, implantação, avaliação e retroalimentação.

DEFINIÇÕES	AÇÕES	PERÍODO DE IMPLANTAÇÃO
QUALIFICAÇÃO ACADÊMICA	PADEP – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL E PESSOAL: DOCENTES E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	2005-2009
REFLEXÕES SOBRE O SIGNIFICADO DA INSTITUIÇÃO E EXPLICITAÇÃO DO SEU PAPEL SOCIAL	FÓRUMS DE DEBATES	2005 - 2006
ARTICULAÇÃO TEORIA-PRÁTICA, ABRANGENDO AS DIMENSÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO:	2006-2009
IMPLEMENTAÇÃO DE INOVAÇÕES PEDAGÓGICAS	OFICINAS	2006-2009
DISCUSSÃO PERMANENTE DE PROJETOS PEDAGÓGICOS NOS CONSELHOS DE CURSOS	REUNIÕES COLEGIADAS	PERMANENTE A PARTIR DE 2006
IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROCESSO PEDAGÓGICO DE APRENDIZADO DO SABER/FAZER ACADÊMICO	OFICINA	PERMANENTE A PARTIR DE 2006
AUTO-AVALIAÇÃO E AVALIAÇÃO EXTERNA, AVALIAÇÃO DO PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL	PROCESSO CONTÍNUO DE SOCIALIZAÇÃO ED RESULTADOS E ORIENTAÇÕES DE MELHORIA.	PERMANENTE A PARTIR DE 2005
INOVAÇÃO CONTINUADA	OFICINAS	PERMANENTE



3.2 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

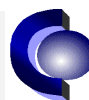
O Projeto de Avaliação Institucional: auto-avaliação do Centro Universitário de Maringá, foi construído em consonância com as definições do MEC de cronograma e com as diretrizes estabelecidas no SINAES, coordenada pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES.

A estruturação e práticas da CPA-CESUMAR, além de oferecer as orientações para nortear as etapas do processo e divulgar o conjunto das informações resultantes da auto-avaliação, visa assegurar a aproximação e a articulação da CPA-CESUMAR com a comunidade interna e externa.

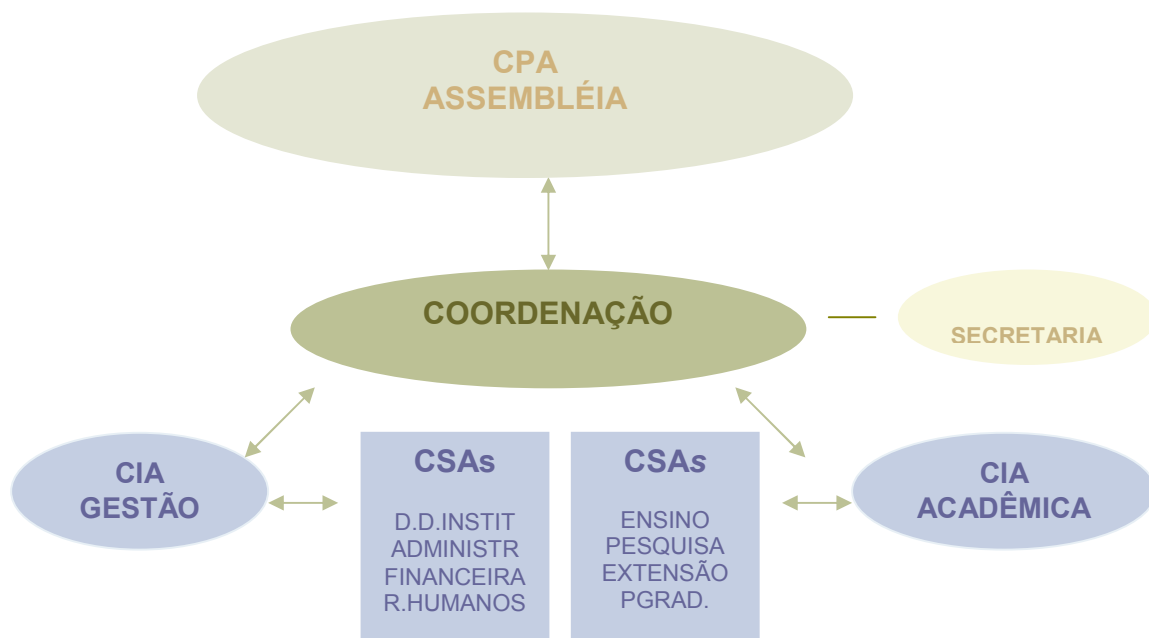
De acordo com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, o processo avaliativo conduzido pela instituição é básico e vinculado às funções de regulação e de auto-regulação. O processo, portanto, é obrigatório para que a instituição se integre formalmente ao sistema de educação superior, cumprindo as exigências concernentes a autorizações de funcionamento, credenciamento, recredenciamento, transformações e demais instrumentos legais.

A CPA-CESUMAR está estruturada por uma Assembléia composta por membros indicados em Portaria, Coordenação Geral, Secretaria, Comissões Institucionais e Comissões Setoriais.

Todo o material produzido, assim como a bibliografia e documentos de suporte às atividades estarão disponibilizados aos membros da CPA, Comissões Institucionais e Setoriais, Comunidade Universitária e à Sociedade, no sítio e na Biblioteca Central do CESUMAR.



CPA - REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ESTRUTURA

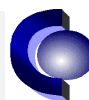


DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO

Criada pela Portaria nº 010, de 07.06.2004, teve sua composição modificada e ampliada em 14 de março de 2005, pela Portaria nº 002/2005.

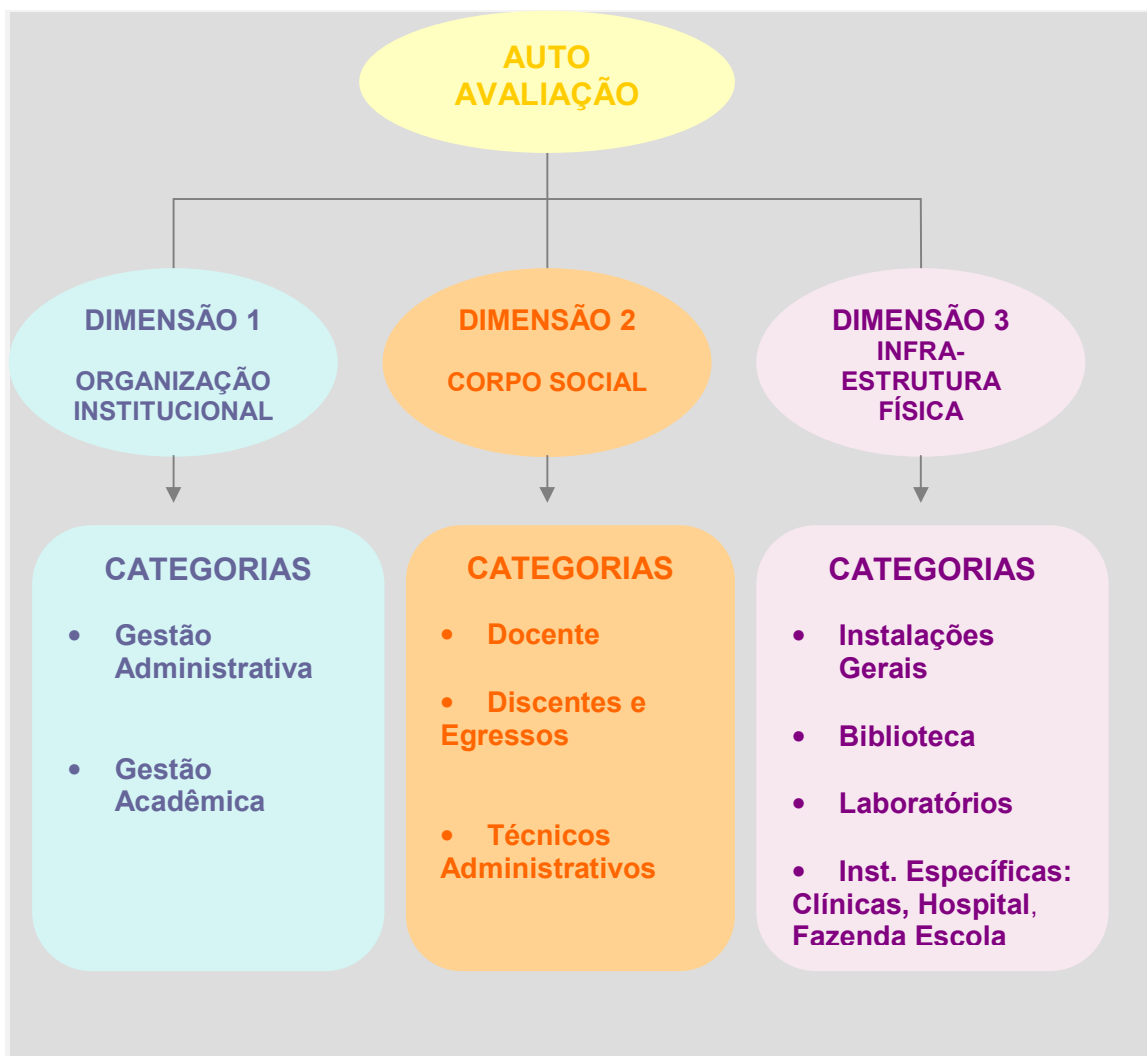
A Comissão Própria de Avaliação – CPA, conforme o seu Regimento, aprovado pela Portaria 003, de 14 de março de 2005, é constituída de:

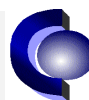
- Direções de Ensino e de Desenvolvimento Institucional - integrantes do corpo docente da instituição e em efetivo exercício;
- representantes do corpo docente (03), representantes do corpo técnico-administrativo (02), representantes do corpo discente (02) - indicados dentre os corpos docente, discente e técnico-administrativo, dentre aqueles que tenham se distinguido nas suas atividades acadêmicas ou administrativas;
- representante da sociedade civil (01) - convidado pelo Centro Universitário.



No atendimento às dimensões da avaliação, foram instaladas 02 (duas) **COMISSÕES INSTITUCIONAIS DE AVALIAÇÃO**: CIA Gestão e CIA Acadêmica, com o objetivo de promover a organização dos processos nas dimensões da auto-avaliação, assegurar a unidade entre os diversos setores e garantir o rigor nas informações bem como, **COMISSÕES SETORIAIS DE AVALIAÇÃO**: constituídas por representantes da comunidade de cada setor, assegurada às representações dos segmentos docentes, discentes e técnicos administrativo para servir de elo entre a comunidade e a CPA.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO CESUMAR Dimensões e Categorias de Análise





FUNCIONAMENTO

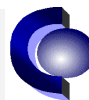
A CPA funciona em Assembléia, por meio dos membros indicados em Portaria presidida pela Coordenação Geral, como o órgão superior das deliberações do processo.

A Assembléia da CPA se reúne, quinzenalmente, para deliberar sobre o processo de auto-avaliação, votar e aprovar relatórios, publicações e as atividades das Comissões Institucionais e Setoriais, necessárias ao cumprimento das etapas do processo, com a participação, no mínimo de 50% de seus membros.

3.3 PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O projeto de Auto-Avaliação do CESUMAR e o documento que estabelece a estruturação e dinâmica de funcionamento da Comissão Própria de Avaliação - CPA - contemplam uma forma organizativa e executiva para o acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional e sua articulação com as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão e avaliação institucional.

Na finalização de cada fase da avaliação uma análise das estratégias utilizadas, das dificuldades e dos avanços que se apresentaram durante o processo, permitirá a Instituição planejar ações futuras; redirecionar objetivos e metas; corrigir rumos e se planejar para o futuro com maior qualidade acadêmica e pertinência social.



4 REFERÊNCIAS

BALZAM, N. C; DIAS, Sobrinho José (Orgs). **Avaliação institucional: teoria e experiências**. São Paulo. Cortez, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. CONAES. **Roteiro de auto-avaliação institucional**. Brasília: INEP, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. CONAES. **Diretrizes para a avaliação das instituições da educação superior**. [Brasília, 2004].

BRASIL. Ministério da Educação. SINAES. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação**. 2ed. Brasília: INEP, 2004.

Bussmann, Antônia Carvalho. O projeto político pedagógico e a gestão da escola. In: Veiga, Ilma. Passos A. (Org.) **As dimensões do projeto político-pedagógico: uma construção possível**. 17.ed. Campinas, SP: Papirus, 2001. p.37-52

CIRCUITO PROGRAD. **Anais...** São Paulo: UNESP, PROGRAD, 1995.1078 P.

KRAEMER, Maria Elizabete Pereira. **Avaliação da aprendizagem como processo construtivo de um novo fazer**. <http://www.gestipolis.com>.

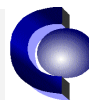
REIS, Edmerson dos Santos. **Projeto político pedagógico: moda, exigência ou tomada de consciência?**. In.: BELLO, José Luiz de Paiva. *Pedagogia em Foco*, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/gppp01.htm>>.

RIOS, Terezinha Azeredo. **Significado e pressupostos do projeto pedagógico**. São Paulo: FDE, 1992. Série Idéias n. 15. p.73-77

RISTOFF, Dilvo. Avaliação de programas educacionais: discutindo padrões. **Rev. Avaliação, rede de avaliação institucional**. Campinas: n. 4, v. 5, dez. 2000.

VEIGA, Ilma Passos A.. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 17. ed. São Paulo: Papirus, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos. **Projeto pedagógico: diretrizes da reforma curricular**. Recife, agosto, 2002.



ATIVIDADES COMPLEMENTARES - Carga horária


Explicitar as normas que regulamentam e validam as atividades que complementam o currículo, sendo seu integral cumprimento requisito indispensável à conclusão do curso e colação de grau de acordo com a legislação vigente.

FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR - Carga horária

TCC - Carga horária - **Regulamento**

ESTÁGIO- Carga horária **Regulamento**

Dada a relevância do estágio em qualquer formação profissional, este item requer a elaboração de um regulamento, que atenda a legislação e os objetivos do curso e estabeleça a forma de sua realização.

 **INTEGRAÇÃO ENSINO /PESQUISA /EXTENSÃO** - Deve-se expor de que maneira se dá a integração dessas atividades ao projeto pedagógico do curso, demonstrando as relações estabelecidas entre eles.

■ **Projetos de extensão**

Deverão ser apresentadas as linhas programáticas de projetos voltados à comunidade acadêmica ou à comunidade em geral.

■ **Projetos de pesquisa**

Aqui deverão ser relacionados as linhas de pesquisa que serão adotadas e que serão responsáveis pela divulgação do curso na comunidade científica, em sua relação com as linhas gerais do curso de graduação.


■ **Projetos de pós-graduação**

Neste grupo, são descritos, em linhas gerais, os cursos de especialização, mestrado e doutorado.

METODOLOGIA E AVALIAÇÃO

Deverá ser exposta aqui, de maneira abrangente, a metodologia que serve de orientação para a ação de docentes e discentes. Caberá descrever ainda, de modo amplo, os processos metodológicos e avaliativos da aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

 **ACERVO DA BIBLIOTECA** (livros e periódicos especializados).

 **CORPO DOCENTE - ESPECIFICAÇÃO DA COMPOSIÇÃO POR NÍVEIS DE TITULAÇÃO** (Nº e % de Doutores, Mestre, etc);

 **INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E LABORATÓRIOS** necessários a consecução do projeto do curso

BIBLIOGRAFIA

Indicação da bibliografia utilizada na construção do projeto pedagógico, de acordo com as normas da ABNT.

